

CPI DA CORRUPÇÃO

Oposição obteve a adesão de 61 parlamentares aliados em defesa de instalação de comissão

Governo libera R\$ 11 mi contra CPI

MAURÍCIO LIMA

BRASÍLIA — O governo federal liberou R\$ 11,1 milhões do Orçamento para atender a emendas de parlamentares na tentativa de conter a CPI da Corrupção. A maior delas foi no valor de 1,1 milhão para obras de infra-estrutura em Teresina, Piauí. Essa era uma obra que não recebia verbas federais desde agosto de 1999. A oposição obteve a adesão de 61 parlamentares da base aliada do governo ao pedido de CPI de Corrupção, protocolado ontem na Secretaria do Congresso. O PMDB foi o partido no qual mais deputados se rebelaram: 24 deputados e oito senadores.

Deputados federais e senadores recebiam telefonemas e avisos de emissários do governo para que retirassem as assinaturas. Os argumentos variavam entre “apelos ao espírito cívico”, liberação de verbas e promessa de cargos públicos.

A manobra do governo começou numa reunião do presidente Fernando Henrique Cardoso com 12 ministros, nove com mandato parlamentar. A idéia da reunião foi do ministro da Casa Civil, Pedro Parente. Ele convenceu o presidente de que era necessário uma atuação mais incisiva do governo para barrar a CPI.

Em uma hora e 40 minutos de conversa, o presidente abriu a reunião e foi direto ao assunto. Disse que a CPI era um “instrumento de demagogia” e que tinha de ser evitada. Foi bastante enfático ao dizer que a CPI paralisaria o país e pediu que cada um dos ministros fosse até a sua base e pressionasse deputados e senadores para retirar as assinaturas. Disse também que deputados e senadores governistas deveriam ocupar novamente suas cadeiras no Congresso para impedir a ação de suplentes infieis.

“A avaliação que foi feita é de que a CPI tem cunho eleitoral e político. Por isso, o governo tem que agir

politicamente”, disse o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. Os ministros seguiram a ordem do presidente e começaram a operar. Francisco Dornelles (Trabalho) deixou o cargo e reocupou sua cadeira de deputado federal. Assim, a CPI perdeu a assinatura da deputada federal Alcione Athayde. O ministro do Esporte e Turismo, Carlos Mello, também fez campanha anti-CPI pelo Congresso.

Ao aceitar o jogo de negociações, o governo acabou envolto num balcão de negócios. Deputados pediram anistia na Receita Federal, concessões de rádio e televisão, cargos públicos e liberação de emendas.

O deputado federal Augusto Nardes (PPB-RS) telefonou para o líder do PT, Walter Pinheiro, para dizer que iria recuar de sua posição porque o governo estava liberando verbas para 80 municípios de sua região. Houve deserções como as dos deputados Igor Avelino (PMDB-TO) e Osvaldo Biolchi (PMDB-RS). A dupla do PMDB recebeu telefonemas de Aloysio Nunes Ferreira. Também foram contatados por emissários do governo os deputados Osvaldo Reis (PMDB-TO), Luciano Bivar (PSL-PE) e Salatiel Carvalho (PMDB-PE). Luciano Bivar e Osvaldo Biolchi já avisaram que vão recuar. Parlamentares licenciados também estavam de malas prontas para voltar ao Congresso. Os ex-deputados Eduardo Alves (PSDB-CE) e Ariosto Holanda (PSDB-CE), hoje secretários de governo estaduais, estão reocupando suas cadeiras na Câmara.

A oposição protocolou a CPI da Corrupção com 183 assinaturas na Câmara e 29 no Senado. Na Câmara, bastavam 171 e no Senado 27. Ainda assim, não há garantias de que a CPI seja um fato incontornável. Até que a mesa das duas Casas faça a confirmação dos nomes e haja a instalação da CPI em uma sessão conjunta da Câmara e do Senado, é possível a retirada de assinaturas.



Walter Pinheiro (E), José Dirceu, Aloizio Mercadante e Miguel Arraes participam de ato a favor da instalação da CPI da Corrupção

s
f
c
n
t.
r
“
r
d
c
d
l.
c
p
r.
g